



ST3 – DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E REPERCUSSÕES NOS TERRITÓRIOS

**JOVENS RURAIS E O CELIBATO MASCULINO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE VITORINO, PARANÁ**

**RURAL YOUNGS AND THE MALE CELIBATE: A CASE STUDY IN VITORINO,
PARANÁ**

Cristiane Maria Tonetto GODOY¹, Caroline VIGANÓ², Larisse Medeiros GONÇALVES³, José Ricardo da Rocha CAMPOS⁴, Paulo Henrique de OLIVEIRA⁵

Resumo: A modernização na agricultura alcançou novos patamares de produtividade, entretanto, acabou agravando os problemas no meio rural, sendo um dos problemas vividos o êxodo rural dos jovens. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a juventude rural do município de Vitorino/PR, bem como compreender o celibato masculino presente no município, através de vinte e duas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares do município. Assim, foi possível constatar que os jovens que permanecem no campo estão na faixa etária de 11 a 20 anos, aqueles na faixa etária de 21 a 30 anos representam 19% dos jovens no rural. Em relação ao celibato masculino o município apresenta homens acima dos trinta anos que se encontram solteiros em suas propriedades. Diante desse fato, é fundamental que existam estratégias e políticas públicas que valorizem o rural e que possibilitem aos jovens permanecerem no campo para o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Jovens Rurais. Solteirões. Desenvolvimento Rural.

Abstract: Modernization in agriculture has reached new levels of productivity, however, it has ended up aggravating problems in the rural environment, with the rural exodus of young people being one of the problems experienced. In this sense, this article aims to reflect on rural youth in the municipality of Vitorino / PR, as well as to understand the male celibacy present in the municipality, through twenty-two semi-structured interviews with family farmers in the municipality. It was possible to verify that the young people who remain in the countryside are in

¹ Doutora e mestre em Extensão Rural, e graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: guriaccr@hotmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Regional e graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: viganocarol@gmail.com

³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e mestre em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduada em Agronomia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: larissem@alunos.utfpr.edu.br

⁴ Professor Adjunto na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ/USP. Graduado em Agronomia e mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: jricardo28@gmail.com

⁵ Professor Titular na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: henrique@utfpr.edu.br



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

the age group of 11 to 20 years old, those in the age group of 21 to 30 years old represent 19% of the young people in rural areas. In relation to male celibacy, the municipality has men over the age of thirty who are single on their properties. Given this fact, it is essential that there are strategies and public policies that value the rural and that enable young people to remain in the countryside to strengthen family farming.

Keywords: Family Farming. Rural Youth. Singletons. Rural Development.

INTRODUÇÃO

A Revolução Verde foi o processo de modernização da agricultura, consistindo em um conjunto de políticas e ações que preconizava o uso de pacotes tecnológicos para o aumento da produção agrícola e pecuária. É verdade que o progresso científico e o uso desses pacotes possibilitaram o aumento na produção, entretanto, esse processo acabou gerando ou agravando diversos problemas para o rural, tais como: degradação ambiental, monocultivos/perda da biodiversidade, êxodo rural, endividamento dos agricultores, problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos, masculinização do campo, entre outros.

A agricultura familiar segundo os dados do Censo Agropecuário 2006 corresponde a 84,4% dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de aproximadamente 80,25 milhões de hectares no Brasil. Ainda, são cerca de 12,3 milhões de pessoas vinculadas ao segmento da agricultura familiar, produzindo de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da produção de suínos, 50% de aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). Colaborando:

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. [...] além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza [...] (GUILHOTO et al., 2014, p. 1).

Dentre os problemas vividos atualmente pelas áreas rurais e que impacta diretamente a reprodução social da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, está no êxodo dos jovens para os centros urbanos. Para Froehlich et al. (2011), como consequência da Revolução Verde o êxodo rural foi intenso na década de 1980, onde tínhamos famílias inteiras que se deslocavam para os centros urbanos. Todavia, nas últimas décadas esse êxodo sofreu mudança de perfil, pois com as políticas públicas para a agricultura familiar e a aposentadoria rural foi possível a permanência das pessoas mais idosas no campo, porém, essa realidade não atende o segmento jovem. Segundo os autores, grande parte desses jovens cresceu em meios às dificuldades encontradas pela agricultura familiar, sendo as áreas urbanas vistas como locais de prosperidade e de qualidade de vida.

Segundo Durston (1994), a juventude pode ser caracterizada pela gradual transição até assumir a forma plena do papel de adulto perante a sociedade, ou ainda, pode ser considerada desde o fim



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

da puberdade até a constituição da família e de um lar autônomo. Já para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/ONU (1985) podemos considerar jovens os indivíduos que estão entre os 15 e 24 anos, variando o sentido de acordo com as diferentes sociedades, bem como considerando as circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais de cada Estado Membro.

Em relação aos jovens rurais existem diversos estudos na literatura que demonstram o deslocamento desses para os centros urbanos, sem retornar às propriedades rurais, ou seja, a sem sucessão. Carneiro (1999) em seus estudos já afirmava que o rural se torna cada vez mais um espaço heterogêneo, pluriativo e diversificado e nesse sentido os jovens seriam a faixa demográfica mais afetada pela dinâmica rural-urbana. Para Castro (2005), a questão do êxodo rural por parte dos jovens não pode ser uma questão apartada das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, ambos estão ligados diretamente. Segundo Bierger et al. (2018), o cenário brasileiro sobre a falta de perspectiva para a nova geração em conservar-se na unidade de produção familiar é alarmante. A ação migratória da classe jovem é justificada pela impressão negativa do setor agrícola e contrariando os possíveis benefícios que a mesmas podem proporcionar.

Dessa forma, teremos que o rural não tem apresentado atrativos para a permanência dos jovens, podemos citar alguns motivos: a falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa; falta de entretenimentos; dificuldades para o acesso do ensino escolar; insatisfação com o rendimento obtido na agricultura; a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola; falta de lazer; entre outros. A falta de atrativos e expulsão dos jovens para as cidades além de afetar a reprodução social da agricultura familiar ainda causam os fenômenos do envelhecimento (ficando apenas os mais velhos) e a masculinização do rural. Segundo Abramovay et al. (1998), a masculinização se deve ao fato de que as mulheres estão deixando o campo antes e em uma proporção maior que os homens.

Atualmente, além da masculinização do rural podemos verificar outro fenômeno consequência do êxodo rural feminino, o qual é denominado celibato masculino, ou seja, os homens que estão ficando no campo não estão casando, ficando dessa forma solteirões no rural. Segundo Barduni Filho et al. (2010) muitos estudos no meio rural são realizados a partir do que ele chama de “tripé privilegiado” o que corresponde a família, terra e trabalho e são poucos os estudos encontrados que abordam o tema da solteirice no meio rural.

Assim, apesar desse fenômeno ser pouco estudado nas pesquisas brasileiras, ele é uma realidade encontrada em algumas comunidades rurais dos municípios do país. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a juventude rural do município de Vitorino/PR, bem como compreender o fenômeno do celibato masculino presente no município. Dessa forma, esperamos contribuir com as diversas pesquisas sobre os temas, auxiliando nas formulações de ações e projetos para o desenvolvimento rural.

CONHECENDO A REGIÃO E O APORTE METODOLÓGICO

O município de Vitorino está situado na mesorregião Sudoeste do estado do Paraná. De acordo com o censo demográfico de 2010, o município possui uma população estimada em 6.513 habitantes, dividida em 3.230 homens e 3.283 mulheres, já em relação à divisão da população



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

urbana e rural temos a proporção de 1.935 homens e 2.053 mulheres na área urbana e para o rural temos 1.295 homens e 1.230 mulheres. A economia está baseada no comércio, serviços, indústria, agropecuária e construção civil (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2018). O sudoeste paranaense se destaca pela produção de grãos e de cereais. Além disso, a pecuária possui um alto aporte tecnológico, principalmente no que se refere à atividade leiteira (SERAFIM et al., 2017). A região é composta majoritariamente por propriedades familiares, consequência histórica da ocupação de terras.

Para compreendermos sobre as relações que permeiam a juventude e o celibato masculino do rural do município escolhemos como aporte metodológico a abordagem qualitativa, típica das ciências sociais, sendo configurada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem desse universo e os seus significados. Para Minayo et al. (1994), a metodologia qualitativa traz o dinamismo da vida coletiva e individual, o que permite compreender a diversidade de significados observados na realidade.

Goméz, Florez e Jiménez (1996) apontam que a pesquisa qualitativa é o retrato da vida de um grupo social, pois é possível descrever analiticamente o caráter interpretativo de uma estrutura social ou cultura. A partir dela podemos construir de forma teórica esquemas que consigam responder o mais fiel possível às percepções, realidade e ações do grupo social estudado.

Dentre os diversos métodos da pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada aproxima o pesquisador e o entrevistado, deixando esse último à vontade para expressar suas opiniões e percepções. Conforme Fujisawa (2000), a entrevista semiestruturada é uma das técnicas que se guia a partir de um roteiro de questões e que permite ao pesquisador realizar mudanças e flexibilizações à medida que as informações vão sendo originadas, enriquecendo a pesquisa com detalhes.

Entretanto, cabe ressaltar que os estudos qualitativos podem incluir apenas um respondente ou uma fonte de dados, sendo o suficiente para uma análise. (LINCOLN; GUBA, 1991). Corroborando Ribeiro, Souza e Lobão (2018), não existe um regramento que determine a quantidade específica de dados para as pesquisas de cunho qualitativo. Nesse tipo de metodologia a informação que se busca não está propriamente na quantidade do número de entrevistas e sim na qualidade, profundidade e na extensão das respostas dadas pelos entrevistados.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e dois agricultores familiares do município de Vitorino/PR, a amostragem desses agricultores não foi pautada em nenhum estilo estatístico. Os agricultores entrevistados foram todos aqueles que participavam das palestras propiciadas nesse dia pela Prefeitura Municipal juntamente com docentes do curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco, tendo como público alvo os agricultores familiares. As palestras tinham como temáticas: a. Bem-estar animal: sistemas de produção-criação prós e contras no sistema leiteiro; b. Solos de Vitorino, questões sobre conservação e uso do solo no município.

As perguntas constantes no roteiro de entrevista estavam relacionadas aos aspectos sociais,



OBSERVADR





econômicos e ambientais dos agricultores familiares e suas propriedades. Dessa forma, para as análises das respostas foram seguidos e estruturados os seguintes passos: (a) o contexto do discurso, analisando os sentidos e significados das respostas dos agricultores; e, (b) a interpretação das percepções pelos pesquisadores e a articulação com outros estudos e pesquisas. Cabe salientar que as respostas analisadas dizem respeito às percepções dos entrevistados, validando essa compreensão para o público entrevistado e não expandindo para os agricultores familiares em geral, já que cada comunidade e região apresenta uma realidade distinta.

JOVENS RURAIS E O CELIBATO MASCULINO NO MUNICÍPIO

Ao pensarmos sobre a reprodução social da agricultura familiar e no desenvolvimento rural sustentável torna-se indispensável refletirmos sobre o processo de sucessão nas propriedades e que está diretamente ligada na continuidade dos jovens e famílias no campo. Quando nos referimos sobre sucessão partimos do pressuposto que ela é composta por dois elementos chaves: a permanência dos jovens e a constituição da família/matrimônio. De acordo com Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008, p.7) a sucessão também pode ser compreendida como:

[...] formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial; a continuação da atividade profissional paterna; a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. No primeiro componente ocorre a transmissão da terra e dos ativos existentes para próxima geração; o segundo componente envolve a passagem da gerência e da capacidade de utilização do patrimônio; o último acontece quando diminui o trabalho e o poder da atual geração sobre os que compõem a unidade familiar de produção.

Para Carneiro (2001) e Spanevello (2008) a reprodução da agricultura familiar acontece de forma endógena, já que um dos integrantes da família será o sucessor da propriedade. Segundo Drebes e Spanevello (2017), a crise relacionada às dificuldades da sucessão na agricultura familiar traz consigo problemas estruturais e que preocupam diversas instituições e órgãos. Brummer et al. (2005), a continuidade da agricultura familiar está associada à disposição dos jovens filhos dos agricultores familiares em suceder seus pais. O processo do êxodo de jovens do rural para as cidades e é um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Quando analisarmos as entrevistas em relação à composição das famílias, teremos o total da composição de 84 pessoas nas unidades familiares. Entretanto, quando separamos pela faixa etária de 0-10 anos; 11-20 anos; 21-30 anos e analisamos fica evidente a falta dos jovens como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Faixa etária e gênero dos filhos de agricultores

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 10 anos	4	3	7
11 a 20 anos	7	3	10
21 a 30 anos	2	2	4
Total	13	8	21

Fonte: Autores, 2019.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Assim, da soma de 84 pessoas que compõem as famílias teremos apenas 21 jovens, declarados que permaneciam no rural, não contabilizamos os jovens que já haviam saído do rural para o urbano. Sendo expressivos os valores das faixas etárias de 0 a 10 anos, com 07 jovens; de 11 a 20 anos com 10 jovens; e em relação à faixa etária de 21 a 30 anos, apenas 04 indivíduos. Ainda, podemos verificar a redução da representatividade do gênero feminino no rural do município, de acordo com os entrevistados as filhas foram para o urbano para estudar, trabalhar ou residir.

Corroborando Ferreira e Alves (2009), ao estudarem a evolução da população rural no período entre os anos de 1996 a 2006, demonstraram que a faixa etária de 0 a 29 anos sofreu redução em termos absolutos, aproximadamente três milhões de pessoas a menos no rural, ao contrário dos limites etários de 30 a 59 anos e acima de 60 anos que sofreram um aumento (fenômeno do envelhecimento rural). Ainda para os autores, o êxodo das mulheres rurais para os centros urbanos é expressivo e massivo, causando assim a masculinização do campo.

Para Augusto e Ribeiro (2005) nosso país possui uma população feminina cada vez menor entre os jovens rurais. Essa reflexão já havia sido realizada por Camarano e Abramovay (1998) ao afirmarem que nas últimas décadas o êxodo rural era representado pela população jovem, principalmente pelas mulheres. E continua recorrente nas pesquisas já que Kummer e Colognese (2013), continuam relatando que a migração dos jovens rurais para os centros urbanos ainda é latente e invariavelmente o percentual é maior quando se trata das mulheres/moças rurais.

Dessa forma, a presença masculina no campo é dominante, sendo a influência da masculinização a certa diminuição do grau de utilização da terra, semelhantemente, da mão de obra, fato esse, que ocorre muitas vezes em atividades agropecuárias modernizadas demonstrando a redução do papel produtivo da mulher e o favorecimento ao êxodo rural feminino, animado pela busca de trabalho urbano (CASTRO, 2015). Como justificativa para o maior êxodo das mulheres Ferreira e Alves (2009) citam: a condição subalterna das mulheres nas relações familiares; a desvalorização nas atividades agropecuárias; a falta de reconhecimento ou ajuda nos serviços domésticos; além do pouco espaço destinado ao exercício das atividades comerciais, sendo destinados a elas apenas serem auxiliares na produção.

Colaborando Weisheimer (2007), afirma que os pais esperam que as filhas se dediquem mais aos trabalhos não agrícolas, já que para elas não está reservado o papel de sucessoras nas propriedades rurais. Nesse contexto, podemos perceber que o êxodo rural das jovens mulheres pode ser considerado um risco para a reprodução das unidades familiares, pois além de propiciar o esvaziamento do campo por esse segmento, também impactará na contração de matrimônios e conseqüentemente na constituição de novas unidades familiares.

Para Spanevello e Lago (2007) sem sucessão nas unidades produtivas a agricultura familiar desaparecerá, já que as propriedades serão transformadas em sítios de lazer ou em unidades empresariais/monocultivo. Assim, ao analisarmos os dados sobre o êxodo rural pelos jovens rurais do município, percebemos outro segmento existente, os homens adultos solteiros. Das 22 famílias entrevistadas, sete delas possuem pelo menos um homem solteiro que compõe a unidade familiar,



OBSERVADR





com áreas de terra com 30,5 hectares em média, apenas um deles com quantidade superior a 137 hectares, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Solteiros no município

Familia	Nº de integrantes	Solteiros	Idade dos solteiros
Familia 1	3	1	34 anos
Familia 2	7	1	26 anos
Familia 3	3	1	33 anos
Familia 4	4	2	18 e 24 anos
Familia 5	4	1	24 anos
Familia 6	4	2	31 e 36 anos
Familia 7	6	1	57 anos
Total	31	9	

Fonte: Autores, 2019.

Como pode ser visualizado teremos 09 solteiros nas unidades familiares, porém gostaríamos de salientar que 05 estão acima dos trinta anos, 01 deles está com a idade de 57 anos. Ao consultarmos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2017) em relação às Estatísticas de Registro Civil, teremos que no Brasil a idade média para o casamento na década de 1970 era de 23 anos para as mulheres e 27 para os homens, mas no ano de 2014 houve significativa mudança, passando de 30 anos para elas e 33 anos para eles. Assim, continuamos aferindo que pelo menos 04 agricultores estão solteiros em suas propriedades, pode parecer um número pouco significativo, mas se acrescentarmos na equação a migração dos jovens e o envelhecimento da população rural, a presença desses solteiros acima de trinta anos é preocupante para a reprodução social da agricultura familiar e é um elemento que deve ser agregado nas formulações de políticas públicas e pesquisas.

Em estudo realizado por Matte e Machado (2015), foi constatado que os filhos ainda presentes nas propriedades estudadas se encontravam na faixa etária entre os 17 e 38 anos, sendo 78% deles solteiros. Ainda na pesquisa, foi demonstrado que 22% dos entrevistados eram do sexo feminino e 78% masculino, sendo uma das causas da conseqüente redução de casamentos, a falta das mulheres rurais. Em relação ao rural Barasuol, Doula e Boessio (2016) afirmam que os casamentos nessas regiões são carregados de grande valor entre os indivíduos, pois é reconhecido como ritual tradicional e fundamental para a reprodução familiar, além disso, é mediante o casamento que a transmissão patrimonial da terra (herança) ocorre.

Bourdieu (2002) aponta a fuga feminina para os centros urbanos como um dos principais motivos para a intensificação do celibato rural masculino, pois uma vez no urbano dificilmente as moças retornam às propriedades, mesmo após o casamento. De acordo com Ferreira e Alves (2009) em seus apontamentos ao contrário dos centros urbanos, o rural apresenta um maior número de homens em relação às mulheres, sobretudo nas faixas de maior idade, confirmando a presença do celibato masculino, já que para esses homens contraírem casamentos fora do meio rural é mais difícil. Os autores relatam que existe vários estudos afirmando que as mulheres urbanas ou que



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

estão no urbano dificilmente estariam dispostas a casarem com agricultores e irem/retornarem para o campo.

De acordo com Heck e Langdon (2002) o homem é pressionado ao casamento. Até o final da década de 1980 os homens que não se casavam com uma certa idade eram encaminhados para a formação religiosa, tanto para serem padres ou irmãos. Entretanto, nos dias atuais devido ao alto custo dos honorários essa opção não é tão recorrente nas famílias rurais.

Corroborando Carneiro e Castro (2007) afirmam que a concentração de rapazes no rural acaba dificultando que eles encontrem uma parceira para o casamento, ocasionando o que os autores chamam de celibato camponês. Essa situação e perspectiva da solteirice acabam por influenciar os rapazes a saírem do rural para os centros urbanos, ou seja, seria mais um dos motivos de expulsão do êxodo rural dos jovens. Para Rioja (2009) a masculinização e o celibato masculino têm ocupado as agendas das pesquisas europeias desde a década de 1960, pois são compreendidos que ambos os temas causam o desequilíbrio do tecido social, comprometendo dessa forma a sustentabilidade social da agricultura familiar, sendo necessário o Estado intervir com políticas públicas específicas.

O processo de sucessão no Brasil até a década de 70 era identificado pela tradição cultural, que seguia a hierarquia no que se refere ao acesso à continuação do compromisso em lidar com estabelecimento agrícola familiar. Essa sequência era dada ao filho mais velho ou ao mais novo, segregando desse processo, parte da família, em particular, as filhas. Nessa época não existiam políticas públicas que abarcassem a realidade do campo, porém atualmente com a formulação de políticas esses antigos padrões de sucessão possuem uma nova roupagem, inserindo as mulheres e os jovens nas atividades e propriedades (GRIS; LAGO; BRANDALISE, 2017).

Entretanto, devemos analisar criticamente que essas políticas públicas não estão conseguindo reduzir a migração desses segmentos para o urbano, uma das razões pode estar no fato de que essas políticas estejam voltadas somente para o aspecto econômico e produtivo. De acordo com Ferreira e Alves (2009) os jovens solteiros, moças ou rapazes, não são prioridades, por exemplo, no plano da Reforma Agrária. Nesse caso os jovens ou serão alocados nos lotes de seus pais, ou ficarão de fora, ou são postos nas últimas posições, dado que a prioridade do Governo está na alocação de famílias com filhos.

O êxodo rural dos jovens e o celibato masculino são sim graves problemas e que devem ser enfrentados para assegurar a reprodução da agricultura familiar. Nesse contexto, carecemos considerar a continuidade dos jovens e para isso se torna necessário que as políticas públicas atendam as reais necessidades desse público. Ainda, atualmente se faz necessário pensar ações e projetos que promovam a permanência desses jovens no campo, tais como: acesso a educação; ao lazer; políticas públicas não somente pela ótica produtiva; valorização das mulheres; melhor acesso as tecnologias de informação e comunicação; acesso à saúde e entre outros.

Assim, devemos pensar que o rural não é somente uma região fornecedora de matérias-primas e de produção, e sim um local de relações sociais complexas, que dependem de outros fatores além



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

do econômico para reprodução, aliás, somente a economia não foi capaz de conter o êxodo dos jovens para os centros urbanos. Cientes da necessidade do aprofundamento com novos estudos, esperamos com esse trabalho termos apresentado ou ressaltado outros vieses a serem explorados para a permanência dos jovens e o fortalecimento da agricultura familiar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir dos resultados encontrados no rural do município de Vitorino/PR podemos observar que o êxodo rural por parte dos jovens ainda é acentuado (não sei se cabe porque você não colocou estes dados de quem foi para o urbano), bem como a existência do celibato masculino, fatores que afetam diretamente a reprodução social da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Portanto, devemos incentivar os jovens rurais a permanecerem no campo, através de iniciativas que busquem um processo de melhoria das condições de vida e valorização da população rural, tais como: emprego, educação, lazer, cultura e outros. Assim, a necessidade de implementação de ações e políticas que visem promover simultaneamente transformações produtivas, sociais e institucionais, buscando assim o fortalecimento da agricultura familiar e sua reprodução e conseqüentemente promovendo o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, R. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**. 2005. Disponível em: https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/juventude_rural_ampliando_oportunidades. Acesso em: 12 jan. 2019.

AUGUSTO, H. dos A.; RIBEIRO, E. M. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005

BARASUOL, A.; DOULA, S. M.; BOESSIO, A. T. O casamento a partir das lentes juvenis no noroeste gaúcho. **Revista Agenda Social**, v. 9, n. 1, p. 100-120, 2016.

BIEGER, T. E.; MARIN, J. O. B.; GONÇALVES, T. A. M.. Comunicação e sucessão rural: um olhar sobre a agricultura familiar. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 4, 2017.

BOURDIEU, P. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004. Título da edição original: Le bal del célibataires. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BRUMER, A. et al. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: **Mauad X**, p. 35-51, 2007.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. 2005.

CASTRO, L. F. P. de. Agricultura familiar, habitus e acesso à terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 2, n. 2, maio/ago, 2015.

CARNEIRO, O. ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: F.C. TEIXEIRA DA SILVA et al. (orgs.), **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.

CARNEIRO, M.; CASTRO, E. G. de. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COSTA, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **HOLOS**, v. 2, p. 360-374, 2017.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho, 1994.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C de; ANDRADE, C. C. de. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. da C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v.41, n.9, set, 2011.

FUJISAWA, D. S.. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GALIZONI, F. M. Migrações e rede familiares no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Anais...** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, p. 1-16, 2016.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos sessenta: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996, 378p.

GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004–2016). **Extensão Rural**, v. 24, p. 7-30, 2017.

GUBA, E.G., LINCOLN, Y.S. What is the constructivist paradigm? In: D. S. Anderson & B. J. Biddle (Eds.), **Knowledge for policy improving education through research**, London: Falmer, 1991.

GUILHOTO, J.M.; ICHIHARA, S.M.; SILVEIRA, F.G.; GAIGER, F.; DINIZ, B.P.C.; AZZONI, C.R.; MOREIRA, G.R.C. **A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). 2007. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2019.

HECK, R. M.; LANGDON, E. J. M. Envelhecimento, Relações de Gênero e o Papel das Mulheres na Organização da Vida em uma Comunidade Rural. In: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JUNIOR, C.E.A. (orgs). **Antropologia, saúde e envelhecimento [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Antropologia & Saúde collection, 2002. 209 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção do censo do ano de 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/vitorino/pesquisa/23/24161?detalhes=true>. Acessado em: 21 de set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 01 jan. 2019.

_____. **Censo demográfico 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/Vitorino>. Acesso em: 02 de dez 2018.

_____. **Estatísticas de Registro Civil**. 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 de mar. 2019.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Índice IPARDES de Desempenho Municipal: Metodologia**. Curitiba, 2018.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 2, n. 39, 1º semestre 2013.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, Á. E. M.; GALIZONI, F. M.. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. 2008. **Anais... XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais Caxambu- MG**.

MINAYO, M. C. D. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Resolución 4.014 de 18 del noviembre del 1985**. Año Internacional de la juventud: participación, desarrollo, paz. 1985.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F.N.; LOBÃO, C. Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.6, n.10, 2018, p. 3-7.

RIOJA, L.A.M. et al. **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: Fundación La Caixa, 2009. (Colección Estudios Sociales n. 27). Disponível em: <http://www.laCaixa.es/ObraSocial>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SACCO ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO ANJOS, F.; CALDAS, N. V. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista Theomai/ Theomai Journal**, 2009.

SERAFIM JR, V., GRANDI, A.M., BESEN, F.G., ARAÚJO, T.V. características da diversificação agrícola nas unidades de agricultura familiar nos municípios da costa oeste paranaense. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 4, p. 73-90, 2017.

SPANEVELLO, R.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2007, Londrina - PR. Conhecimento para a Agricultura do Futuro.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.



OBSERVADR





II SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 8, 26-29 p. 2011.

WEISHEIMER, N. socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.



OBSERVADR

